

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 735.603 - ES (2015/0156751-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MARIO CESAR NOGUEIRA ROSA
ADVOGADO : ESDRAS ELIOENAI PEDRO PIRES - ES014613
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por MARIO CESAR NOGUEIRA ROSA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO.PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE RMI. SENTENÇA TRABALHISTA. ACRÉSCIMO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. PRECEDENTES. DIFERENÇAS EM ATRASO. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS DE MORA.

Tendo os aumentos nos salários provocados pela decisão prolatada no âmbito trabalhista, devem os mesmos repercutir no cálculo da RMI dos benefícios previdenciários em questão, conforme determinam os artigos 28 e 29 da Lei nº. 8.213/91 e o artigo 28 da Lei nº. 8.212/91, sendo, portanto, devida a revisão pleiteada.

Considerando que não houve sequer requerimento administrativo de revisão dos benefícios em questão, bem como constatando-se que o Autor permaneceu inerte desde o trânsito em julgado da sentença trabalhista até o ajuizamento da presente demanda, o termo inicial deve ser o da citação da Autarquia Previdenciária, uma vez que somente então o INSS tomou conhecimento da pretensão autoral, não tendo, portanto, negado administrativamente o direito pleiteado, nem tampouco obstado requerimento administrativo, ou ocorrido mora nem inércia por parte da Ré.

Vencida a Fazenda Pública, e não sendo o caso em tela de grande complexidade e longa duração a fixação dos honorários advocatícios deve ser feita mediante interpretação equitativa do magistrado, conforme preceitua o artigo 20, § 4º do CPC.

Com fulcro no art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, os juros de mora, a partir de 29/06/2009, devem ser aplicados com base nos índices oficiais de remuneração e juros aplicáveis à caderneta de poupança" (fl.333e).

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, improvidos, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO. PRECEDENTES.

Os embargos de declaração destinam-se tão somente a sanar contradição, omissão e obscuridade, sendo incabível a produção de efeitos modificativos na orientação do julgado, mormente quando não se verifica qualquer dos vícios processuais mencionados no artigo 535 do CPC.

In casu, evidencia-se que a real intenção da Embargante é a de rediscutir a matéria julgada, não se verificando a existência de qualquer obscuridade, contradição ou omissão que permita o acolhimento do presente recurso, uma vez que o voto é claro e devidamente fundamentado.

Não há falar em omissão quando o Tribunal se manifesta fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação, decidindo, entretanto, contrariamente aos interesses do recorrente.

O prequestionamento existe se, no julgamento, tiver havido formação de juízo acerca da matéria sobre a qual se pretende recorrer, conforme entendimento já elucidado pelo E. STJ" (fl. 378e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, além de divergência jurisprudencial e negativa de prestação jurisdicional (art. 535 do CPC/73), violação aos arts. 20, § 4º e 458, II, ambos, do CPC/73; 34, I, 35, 37 e 103, parágrafo único, todos, da Lei 8.213/91; 43 da Lei 8.212/91, 884 do Código Civil e art. 1º do Decreto 20.910/32. Alega, para tanto:

"BREVE HISTÓRICO PROCESSUAL

O Autor, ora Recorrente, ajuizou, em face do INSS, ação revisional da renda mensal inicial - RMI do benefício aposentadoria, para incluir, no cálculo do salário-de-contribuição, o reajuste salarial recebido, resultante de dissídio coletivo, efetivado em subsequente ação de cumprimento.

O pedido fora julgado procedente pelo Juízo de piso, 'para determinar ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a

revisão do cálculo da RMI do benefício do autor, a partir da citação', com juros e correção monetária, e condenou o INSS ao pagamento da verba honorária em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

A parte Autora, ora Recorrente, apresentou Apelação quanto ao termo inicial da percepção das diferenças decorrentes da revisão, onde pleiteou fossem os atrasados retroagidos aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da presente demanda, e quanto aos honorários, que foram arbitrados em valor irrisório (R\$ 500,00), aviltante, pois, contra o exercício profissional.

O INSS, por sua vez, recorreu quanto ao mérito da revisão deferida. Sobreveio o acórdão em que **o TRF negou provimento a ambos os recursos apelatórios e deu provimento parcial à remessa necessária, alterando o julgado primevo apenas quanto à questão da correção monetária e juros**, em consonância com as alterações trazidas pela Lei nº 11.960/2009.

Em face do acórdão, o Autor opôs embargos declaratórios em virtude de omissões existentes no julgado quanto a fundamentos jurídicos relevantes à lide e com o fito de prequestionamento da legislação federal correlata, tendo, contudo, o Tribunal, negado provimento aos embargos.

No entanto, o acórdão, complementado pelo acórdão proferido em sede de embargos declaratórios, merece reforma parcial, pois divorciado da lei bem como em conflito jurisprudencial.

(...)

Como mencionado, o Autor, ora Recorrente, opôs embargos declaratórios em face do acórdão, em virtude de que o julgado padecia de omissões no tocante a fundamentação relativa à data de início do pagamento das diferenças decorrentes da revisão concedida, questões essenciais resolução da controvérsia, e, portanto, com aptidão de influenciar no julgamento do respectivo pedido, de modo a que o Tribunal deveria ter dado provimento aos embargos, sob pena de incorrer, como de fato incorreu, em negativa de prestação jurisdicional.

A fim de uma melhor visualização da fundamental importância da questão cujo vício fora ignorado pelo acórdão recorrido, pede o Recorrente vênia para transcrever, no essencial, os motivos dos embargos declaratórios equivocadamente improvidos:

(...)

Portanto, como se denota, era fundamental que o acórdão recorrido desse provimento aos embargos, e, assim, se manifestasse sobre os relevantes fundamentos quanto à questão do início do pagamento das

diferenças decorrentes da revisão.

De modo que **a recusa em dar provimento aos embargos declaratórios culminou, na hipótese, em negativa da entrega da efetiva e plena prestação jurisdicional**, direito de todo jurisdicionado.

Pois, os fundamentos omitidos eram cruciais ao correto deslinde da causa. São questões declinadas já desde as razões do recurso que ensejou o acórdão (apelação). A apreciação das matérias arguidas pode conduzir a resultado diverso do que proclamado pela Corte inferior, pelo que não poderiam ser omitidas pelo acórdão.

Com efeito, não manifestando o órgão julgador a respeito do que lhe foi posto à apreciação, **há violação aos arts. 458, II e 535, incisos I e II, ambos do CPC**, que estabelecem:

(...)

Corroborando o comando legal, a jurisprudência desta augusta Corte Superior tem sido enfática em declarar a nulidade do julgado que se omite sobre pontos (questões fáticas e jurídicas, argumentos relevantes) essenciais à causa:

(...)

Assim, a omissão do Tribunal em apreciar os embargos opostos, resultou numa prestação jurisdicional defeituosa e, por conseguinte, violação aos artigos supracitados.

Ademais, não obstante tenha reconhecido que os embargos tinham a subsidiária finalidade prequestionadora, cingiu-se, o acórdão, à alegação de que não seria necessária a menção numérica aos dispositivos legais para efeito de prequestionamento.

Ocorre que nem mesmo implicitamente o acórdão enfrentara os fundamentos suscitados, ao passo que é firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de ser imprescindível que haja manifestação acerca do (...)

Restam violados, portanto, ambos dispositivos legais federais.

O art. 458 II do CPC foi violado porque o Tribunal não fundamentou corretamente o julgado, já o art. 535 II do CPC foi violado porque o Tribunal não conheceu nem deu provimento aos embargos declaratórios que visavam sanar a omissão.

Demonstrados tais vícios, requer a parcial nulidade do acórdão recorrido, por negativa de prestação jurisdicional. Requer, pois, seja parcialmente anulado o acórdão recorrido com o seu integrativo, a fim de que o Tribunal a quo profira novo julgamento de modo fundamentado que abarque as relevantes questões recursais suscitadas e sejam prequestionados os dispositivos invocados.

Na hipótese desta Corte Superior entender ter havido o prequestionamento implícito da matéria recursal, conforme se vem admitindo (AgRg no REsp 1.088.992; REsp 330.200/MG; EDCI no REsp 1.166.833; AgRg no Ag 1.200.356/SP, entre outros), passa-se, na sequência, ao mérito da questão de fundo.

MÉRITO PROPRIAMENTE DA QUESTÃO ACERCA DO TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS DECORRENTES DA REVISÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E AS JURISPRUDÊNCIAS PACÍFICAS DESTE COLENO STJ E DE OUTROS TRIBUNAIS. VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. ART. 43 DA LEI 8.212/91, ARTS. 34, 1, 103, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.213/91, 884 DO CÓDIGO CIVIL E ART. 1º DO DECRETO 20.910/32

Como mencionado, o acórdão recorrido negou provimento ao pleito apelatório do Autor, ora Recorrente, de percepção das diferenças decorrentes da revisão do benefício previdenciário desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da presente demanda - em respeito à prescrição quinquenal -, porquanto **é direito do segurado perceber os efeitos financeiros da revisão do benefício desde quando esta se tornou devida.**

Ocorre que o TRF negou provimento ao apelo, argumentando que 'considerando que não houve sequer requerimento administrativo de revisão dos benefícios em questão, bem como constatando-se que o Autor permaneceu inerte desde o trânsito em julgado da sentença trabalhista até o ajuizamento da presente demanda, em 06/11/2006, o termo inicial deve ser o da citação da Autarquia Previdenciária, uma vez que somente na referida data, o INSS tomou conhecimento da pretensão revisional da parte autora, não tendo, portanto, em momento algum, negado administrativamente o direito pleiteado, nem tampouco obstado o requerimento administrativo, ou ocorrido mora nem inércia por parte da Ré'.

Primeiramente, conforme se infere, o acórdão recorrido trata da data de início do pagamento das diferenças resultantes da revisão do benefício como se fossem juros moratórios. São institutos distintos. Os juros, efetivamente, fluem a partir da citação da autarquia, mas o direito às diferenças anteriores à ação judicial são devidas, respeitada

a prescrição quinquenal.

Como bem reconhecido pelo próprio acórdão recorrido, **ainda que o INSS não tenha sido parte na ação trabalhista, está obrigado a reconhecer o reajuste que gerou efeitos na RMI dos benefícios do Autor**. Deveras, se o INSS não revisasse os valores, estaria agindo de forma injusta, pois que, vencida a ação trabalhista, a autarquia previdenciária também se sagra vencedora e recebe seu quinhão. Ocasão em que deveria, de ofício, também revisar os benefícios dos seus segurados.

Pois o próprio acórdão atacado também reconhece que **'a demonstração do recolhimento das contribuições aos cofres da Previdência, em se tratando de trabalhador empregado, é matéria alheia à sua responsabilidade, cabendo ao INSS, em caso que tais, o dever de promover à apuração do débito e executar a respectiva cobrança'**, e que é 'de competência do INSS a fiscalização do recolhimento e a cobrança das contribuições previdenciárias'.

Considerando que é o INSS o fiscal das contribuições previdenciárias (como decorre da Lei e reconhece o acórdão), sua mora não pode ser confundida com o período que estará obrigado a pagar, pois são duas coisas diversas.

Assim, ao contrário dos juros de mora, que são computáveis da citação, os atrasados decorrentes de revisão não se regem pela citação, e sim pela norma de prescrição (Decreto 20.910/32 e art. 103, parágrafo único da Lei 8.213/91).

Ciente o INSS, seja quando do recebimento das verbas trabalhistas de suas quotas, ou ciente pela citação na esfera judiciária federal, a obrigação da Autarquia é pagar os atrasados retroativamente a 5 (cinco) anos. Não há nenhuma lei que permita o locupletamento sem causa da autarquia, ou que retire do segurado o direito de receber diferenças de atrasados, salvo a regra de prescrição.

De modo que a conclusão do acórdão recorrido, além de conflitar com os seus próprios demais termos no tocante ao momento de início dos efeitos financeiros da revisão, incorre em nítida divergência jurisprudencial e viola a legislação aplicável.

Pois que, em sentido diametralmente oposto ao acórdão recorrido, encontra-se pacífico na jurisprudência deste colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA bem como na do egrégio TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO e na de outros tribunais o entendimento de que, uma vez reconhecido o direito à revisão do benefício previdenciário em virtude de sentença trabalhista que

conferiu reajuste salarial, as diferenças são devidas desde a concessão do respectivo benefício, e não da citação, como entendera o acórdão recorrido, ressalvada a prescrição quinquenal, ainda que não se tenha havido pedido administrativo.

Sedimenta-se, a jurisprudência paradigmática, nos seguintes esboços fundamentos:

- 1) O deferimento de verbas trabalhistas nada mais é do que o reconhecimento tardio de um direito já incorporado ao patrimônio jurídico do segurado, **o que justifica a revisão da RMI e o pagamento das diferenças decorrentes desde a data da concessão do benefício, respeitada a prescrição quinquenal;**
- 2) o empregador é quem tem o dever de comprovar junto ao INSS o recolhimento das contribuições e fornecer a relação dos salários-de-contribuição do empregado, consoante inteligência do próprio art. 35 da Lei 8.213/91, que autoriza a concessão do benefício no valor de 01 (um) salário-mínimo, quando preenchidos os demais requisitos necessários ao seu deferimento, prescindindo da comprovação dos salários-de-contribuição;
- 3) **o artigo 38 da Lei 8.213/91**, expressamente, traz a lume a obrigação da autarquia em manter o cadastro dos segurados com os dados necessários para o cálculo do salário-de-benefício, desonerando o empregado de comprovar os salários-de-contribuição;
- 4) o INSS tem direito a cobrar as contribuições previdenciárias desde a época em que devidas as verbas reconhecidas pela Justiça Laboral (art. 43 da Lei 8.212/91), e, por outro lado, o segurado não pode ser penalizado em razão de o empregador não ter recolhido corretamente as contribuições previdenciárias, tampouco pelo fato de o INSS ter falhado na fiscalização da regularidade das exações;
- 5) **O art. 37 da LBPS** fere o princípio da uniformidade dos benefícios, uma vez revisada a renda mensal inicial do segurado e reconhecido o direito à majoração da renda, impõe-lhe o ônus de não receber as diferenças oriundas da revisão do período entre a concessão do benefício e a data do pedido administrativo. Conquanto averiguado o equívoco ocorrido em função da relação dos salários-de-contribuição, faz com que este beneficiário, que embora tenha contribuído corretamente, obtenha, por um lapso temporal, renda mensal de caráter alimentar inferior à efetivamente devida, impedindo-o de reaver as diferenças apuradas pela própria autarquia. Neste sentido, o **artigo 37 da Lei 8.213/91** acaba causando prejuízo ao beneficiário ora empregado, pois, uma vez reconhecido o valor

Superior Tribunal de Justiça

devido, será substituída a renda mensal somente a partir da data do requerimento e contrapõe-se ao **artigo 35 do mesmo texto legal**, que tem por escopo proteger o segurado, preocupando-se em minimizar a situação dele quando autoriza o INSS a conceder o benefício no valor de um salário-mínimo.

Para efeito de demonstração do dissenso jurisprudencial, colaciona-se os seguintes arestos:

(...)

O subscritor da presente declara, sob sua responsabilidade pessoal, que as cópias dos acórdãos acostados conferem com os seus respectivos originais. Todos os julgados transcritos estão disponíveis, em seus inteiros teores, nos respectivos endereços eletrônicos informados ao final de cada ementa.

A divergência já é notória, prescindindo, portanto, da demonstração analítica do dissenso (REsp nº 843.558 -MG). Todavia, por não ser demasiado, passa-se à sua demonstração.

Como se denota, é nítida a divergência de entendimento entre o acórdão recorrido e o acórdão acima transcritos, deste colendo STJ e do TRF4, acerca do termo inicial do pagamento das diferenças decorrentes da revisão do benefício previdenciário.

A similitude fática resta evidenciada, uma vez que todos os casos tratam de demanda revisional da RMI de benefício previdenciário decorrente de reajuste salarial deferido em processo trabalhista, que culminou na alteração do salário-de-contribuição.

O acórdão recorrido, conforme retro transcrito, fixou como termo inicial das diferenças em atraso a data da citação do INSS, ao argumento de que somente na referida data a Autarquia tomou conhecimento da pretensão revisional do Autor, não tendo, portanto, em momento algum, negado administrativamente o direito pleiteado, nem tampouco obstado o prévio requerimento administrativo, ou ocorrido mora nem inércia por parte da Ré.

Em sentido flagrantemente contrário ao acórdão recorrido, o colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA assevera que as diferenças, decorrentes da revisão do benefício, são devidas desde a data de sua concessão, respeitada, obviamente, a prescrição quinquenal, tendo em vista que o deferimento de tais verbas representa o reconhecimento tardio de um direito já incorporado ao patrimônio jurídico do segurado e porquanto não pode o segurado empregado ser responsabilizado pelo não recolhimento das contribuições na época própria, tampouco pelo recolhimento a menor, já que ao empregador, e não a ele, incumbe a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições.

Superior Tribunal de Justiça

Veja-se, a propósito, a semelhança do caso tratado no primeiro aresto (AgRg no REsp nº 1.216.217 - RS), com o caso em apreço, onde o entendimento do STJ foi no sentido frontalmente contrário ao acórdão recorrido:

(...)

Cristalina, portanto, a similitude fática entre os casos e o antagonismo na interpretação judicial e na aplicação do direito federal, entre o Tribunal de origem (TJES) e este colendo STJ.

Igualmente patente a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência maciça do egrégio TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4a REGIÃO, que tem reiteradamente decidido nos termos dos arestos retro transcritos.

As similitudes fáticas são inequívocas. Trataram-se, nos arestos paradigmas, de casos em que, igualmente ao presente, foi deferida a revisão do benefício previdenciário em decorrência de reajuste salarial concedido em reclamatória trabalhista, com efeitos financeiros retroativos à data de concessão do benefício, respeitada a prescrição quinquenal, independentemente da ausência de prévio requerimento administrativo.

Vejamos:

(...)

Portanto, extrai-se da leitura dos acórdãos paradigmáticos a semelhança entre os casos confrontados, tendo o egrégio TRF da 4a Região, da mesma forma em que assentou o STJ, declinado entendimento antagônico ao adotado pelo acórdão recorrido, razão porque plenamente cognoscível o presente apelo especial, conforme o permissivo do art. 105, III, alínea 'c' da Constituição da República.

Deve prevalecer, in casu, o entendimento adotado pelo colendo STJ e pelo TRF-4a Região, que é consentâneo com o ordenamento jurídico.

(...)

Pois, é direito do segurado receber as diferenças decorrentes da revisão do benefício previdenciário desde a data da concessão do respectivo benefício revisando (não da citação, como decidiu o acórdão recorrido), ressalvada, contudo, a prescrição quinquenal, por força do art. 1º do Decreto nº 20.910/32 e Súmula 85-STJ'.

Afinal, a legislação previdenciária não diz, e não há nada no ordenamento jurídico que o diga, que a revisão do benefício não será devida antes do requerimento ou ciência do INSS.

O caso dos autos cuida de REVISÃO do benefício, não de sua concessão. **A revisão do benefício tem efeitos retroativos à data**

de sua concessão, submetendo-se, no entanto, ao prazo prescricional.

O acórdão recorrido trata do termo inicial dos efeitos pecuniários da revisão do benefício como se fossem juros moratórios. São institutos distintos.

Os juros, efetivamente, fluem a partir da citação da autarquia, mas o direito às diferenças anteriores à ação judicial são devidas, respeitada a prescrição quinquenal.

A Lei de Benefícios da Previdência Social não deixa dúvidas de que os efeitos financeiros da revisão são devidos desde o momento em que se tornaram devidos, independentemente de ter havido recolhimento ou não das contribuições na época própria ou de ter havido prévio requerimento administrativo, ressalvada a prescrição quinquenal:

(...)

Absolutamente, como asseverado pela **jurisprudência paradigmática**, o deferimento de verbas trabalhistas nada mais é do que o reconhecimento tardio de um direito já incorporado ao patrimônio jurídico do segurado, o que **justifica a revisão da RMI e o pagamento das diferenças decorrentes desde a data da concessão do benefício, respeitada a prescrição quinquenal.**

Além disso, conforme sabiamente pontuado pelo STJ e pelo TRF4, 'o INSS tem direito a cobrar as contribuições previdenciárias desde a época em que devidas as verbas reconhecidas pela Justiça Laboral (art. 43 da Lei 8.212/91)', e, por outro lado, o 'segurado não pode ser penalizado em razão de o empregador não ter recolhido corretamente as contribuições previdenciárias, tampouco pelo fato de o INSS ter falhado na fiscalização da regularidade das exações'.

Some-se a isso a relevância do fato de o direito à majoração da RMI do benefício ter se incorporado ao patrimônio jurídico do segurado à época da efetivação de reajuste salarial, no processo trabalhista, pois foi naquele momento em que foram aperfeiçoados todos os pressupostos legais para a revisão. Isso é o que norteia o momento inicial dos efeitos financeiros da revisão; sempre havendo de se considerar, todavia, a prescrição quinquenal.

Nesse sentido, é a jurisprudência reiterada da TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - TNU, da qual se colhe, a título de exemplo, o seguinte julgado mais recente:

(...)

Em última análise, o entendimento defendido pelo acórdão recorrido, de que por não ter postulado previamente na via administrativa a data

de início da percepção das diferenças decorrentes da revisão deve ser a data da citação, importaria em indevido cancelamento de **enriquecimento ilícito da administração pública (art. 884 do Código Civil) em detrimento de verbas de natureza alimentar do segurado.**

Pois que embora tenha o segurado e o empregador recolhido - cada qual a sua quota parte - em favor do INSS as contribuições incidentes sobre os reajustes salariais, não perceberia o segurado a devida contraprestação, ou seja, as diferenças do reajuste do benefício previdenciário relativo ao período, locupletando-se, sem causa, a Autarquia Previdenciária, o que, como cediço, é veementemente proibido.

Requer, diante disso, seja **conhecido e provido o presente apelo especial**, para o fim de que este colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA aplique ao caso em apreço o entendimento consagrado em sua jurisprudência bem como na jurisprudência do egrégio TRF-4ª Região, **assegurando-se, assim, o direito do segurado ora Recorrente a perceber as diferenças decorrentes da revisão do benefício desde a data da sua concessão, respeitada a prescricional quinquenal, ou seja, retroativos aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.**

DA VIOLAÇÃO DO § 4º, ART. 20, DO CPC E DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM VALOR IRRISÓRIO. NECESSIDADE DE REVISÃO

Como mencionado inicialmente, **o acórdão recorrido negou provimento à Apelação interposta pelo Autor, em que também se irressignara contra o arbitramento dos honorários advocatícios em apenas R\$ 500,00** (quinhentos reais).

Incorre, no entanto, o acórdão recorrido, em **transgressão ao § 4º, art. 20**, do Código de Processo Civil, porquanto fere flagrantemente a equidade inserta naquela norma.

O fundamento utilizado pelo acórdão vergastado para a manutenção do tão ínfimo valor para a verba honorária foi o de que não seria o caso em tela de grande complexidade e longa duração, além de constituir demanda repetitiva no âmbito judicial, e que, portanto, o valor teria sido fixado de forma equitativa, e, assim, atenderia à determinação do § 4º do art. 20 do CPC.

Porém, equidade não pode ser confundida com plena

liberalidade, data máxima vênia. O referido dispositivo legal dispõe que a apreciação equitativa do juiz tem de atender os parâmetros descritos no § 3º do citado artigo, que são: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Ora, o alto grau de zelo do profissional evidencia-se dos autos, donde se verifica que o patrono do autor atuou de forma diligente, apresentando todas as manifestações processuais cabíveis e necessárias, nas quais foram apresentadas, inclusive, diversos julgados pertinentes à matéria em discussão.

A causa é de relevância inquestionável, haja vista que a revisão do benefício previdenciário, este dotado de natureza alimentar, interfere mui significativamente (aumento considerável) na renda que dá suporte à subsistência do Autor e de seus eventuais dependentes econômicos.

Além do mais, é sabido que as causas movidas contra o INSS estão, via de regra, sujeitas ao duplo grau de jurisdição e acompanhamento em Tribunais Superiores (como de fato ocorre in casu), donde exsurge que os critérios do 'trabalho realizado pelo advogado' e 'o tempo exigido para o seu serviço' não foram igualmente respeitados pelo julgador de piso no ato da fixação da verba honorária.

Portanto, ao invés de condecorar o advogado pelo seu trabalho, o acórdão recorrido acabou por menosprezar o exercício profissional.

A violação à lei é estampada! O valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) está longe de obedecer o princípio da equidade. Ao contrário, desrespeitou os critérios legais de aferição, ofendendo ainda a razoabilidade na fixação do valor.

O § 4º do art. 20 do CPC declina norma pela qual o juiz, a despeito de não estar adstrito ao valor da causa nem da condenação, deve arbitrar os honorários com necessária observância da equidade, da razoabilidade, da proporcionalidade entre o trabalho desempenhado pelo profissional advogado, da importância da causa, e do tempo despendido para o seu serviço na causa.

Não poderia, pois, o acórdão fixar a verba honorária em valor tão insignificante com âncora tão somente no fato de a causa, ao que aduz, ser singela.

Pois, como vimos, não é a complexidade da matéria jurídica controvertida o único critério legal para aferição/arbitramento dos honorários advocatícios, mas, enumera o dispositivo legal violado outros critérios que restaram inobservados pelo julgador de instância

inferior.

Houve indubitável aviltamento do trabalho profissional.

Sinceramente, além do valor arbitrado violar a lei, como demonstrado, constitui-se uma humilhação para o advogado que, após o desempenho de um bom trabalho, da dedicação na causa e do dispêndio de tempo em favor dela, recebe como remuneração honorários em valor tão demasiadamente baixo.

Apenas para efeito de esclarecimento, impende ressaltar que o valor atribuído aos honorários é tão ínfimo que chega a equivaler a pouco mais que despesas processuais com custas de recurso especial e porte de remessa e retorno dos autos - que in casu está o Autor dispensado do recolhimento. Ou seja, a remuneração de um advogado por zelosa atuação profissional equivale, absurdamente, ao valor de uma despesa recursal. Imperioso registrar também que se se somar todas as despesas do processo, estas chegam a ser maiores que os honorários fixados pelo acórdão recorrido. É uma ofensa à advocacia!

É, pois, uma humilhação ao advogado, desvalorizando o seu papel indispensável à Justiça, conforme preconiza o art. 133 da Constituição da República.

Não se pode olvidar também que os honorários advocatícios têm natureza alimentícia, pois visam prover a subsistência dos advogados e de suas respectivas famílias.

O irrisório valor arbitrado demonstra, a toda evidência, que o acórdão recorrido ignorou o princípio da razoabilidade, proporcionalidade e equidade insculpidos no § 4º do art. 20 do CPC.

Além disso, a posição do acórdão recorrido de manter tão ínfima quantia a título de honorários advocatícios colide frontalmente com a jurisprudência pacífica deste colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que não admite a fixação da verba honorária em montante irrisório, porque avilta e atenta contra o exercício profissional da advocacia.

Neste viés, encontra-se uníssona a jurisprudência desta colenda Corte Superior no sentido de que é possível a revisão dos honorários advocatícios pela via do recurso especial quando estes tiverem sido arbitrados, pela instância inferior, em valor irrisório ou exorbitante. Há uma vastidão de precedentes neste sentido.

(...)

Por outro lado, segundo também pacificado está no seio desta augusta Corte Superior, nos casos em que o valor arbitrado na origem mostra-se flagrantemente irrisório, como in casu, a revisão do valor arbitrado é procedimento de pura e simples aplicação da legislação

correlata (na hipótese, o § 4º do art. 20 do CPC, haja vista distanciar-se o julgador originário da equidade e dos respectivos critérios erigidos para fixação da verba honorária) e da jurisprudência aplicável, o que não implica em revolvimento fático-probatório, mas, repita-se, incidência da norma e da pacífica jurisprudência (STJ, AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18.03.2008, DJe 23.04.2008).

Pois bem. Como dito à saciedade, os honorários advocatícios foram fixados, no caso em apreço, em apenas R\$ 500,00. Trata-se de uma demanda revisional de benefício previdenciário, em que, sucumbente a Fazenda Pública Pública (INSS), o julgador de piso, ao argumento de estar amparado pelo § 4º do art. 20 do CPC, que estatui a equidade na fixação dos honorários advocatícios, quando sucumbente a Fazenda Pública, dela flagrantemente se distanciou, arbitrando valor absolutamente irrisório.

O acórdão ora combatido diverge, então, da jurisprudência uníssona desta augusta Corte Especial, que considera que o arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.

A propósito, vejamos o seguinte aresto deste colendo STJ:

(...)

Podemos ver que no acórdão supra, os honorários, arbitrados na origem em apenas R\$ 100,00, foi considerado pelo STJ, a toda evidência, como irrisório e ofensor à equidade prevista no § 4º do art. 20 do CPC, tendo esta Corte Superior elevado o valor para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

No caso em apreço o valor foi arbitrado em irrisórios R\$ 500,00, valor igualmente aviltante, que não se presta a remunerar o trabalho de um profissional advogado, e fere flagrantemente a razoabilidade e equidade previstas no Código de Processo Civil.

(...)

De modo a que, assim como nos casos apontados, seja, à luz do § 4º do art. 20 do CPC, conferido ao trabalho desempenhado pelo patrono do Recorrente e a respectiva responsabilidade assumida na causa, um valor que seja justo, razoável, e, pois, que guarde um mínimo de proporcionalidade com a importância da causa e com o proveito econômico obtido pelo demandante, **no que se sugere o percentual de 10% (dez por cento), ou, subsidiariamente, percentual não inferior a 5% (cinco por cento), como ordinariamente é arbitrado em causas semelhantes**, inclusive por outros órgãos fracionários da própria Corte de piso" (fls. 381/415e).

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, "requer seja conhecido e provido o presente recurso, pelas violações à lei e pelas divergências jurisprudenciais, anulando-se parcialmente o acórdão recorrido, em razão da parcial negativa de prestação jurisdicional, e, caso não acolhida a nulidade, reformando-se o acórdão recorrido nos pontos aqui versados, a fim de que: 1) seja reconhecido o direito do Recorrente de perceber as diferenças decorrentes da revisão do benefício desde a data da sua concessão, respeitada a prescricional quinquenal, ou seja, retroativos aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação; 2) seja majorada a verba honorária arbitrada a um patamar justo, equânime, razoável, proporcional ao proveito econômico da causa, em conformidade com os critérios legais erigidos, no que se sugere o percentual de 10% (dez por cento), ou, subsidiariamente, percentual não inferior a 5% (cinco por cento), como ordinariamente é arbitrado em causas de mesma natureza" (fl.415e) .

Com contrarrazões (fls. 481/483e), o Recurso Especial foi inadmitido na origem (fls. 496/497e), advindo o presente Agravo (fls. 499/517e).

Foi apresentada contraminuta (fls. 535/541e).

A irresignação merece parcial acolhimento.

De início, destaco, no que concerne a alegada violação do conteúdo normativo do art. 20, § 4º, do CPC/73, bem como a suposta divergência jurisprudencial quanto à interpretação desse dispositivo legal, não foi objeto de discussão pelo Tribunal **a quo, não tendo sido opostos oportunos Embargos de Declaração nesse ponto.** Incide, assim, por analogia, o óbice da **Súmula 282 do STF.**

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 1º, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282, 356 E 284 DO STF.

1. Não há de se falar de violação do art. 557, § 1º, do CPC/73 quando o colegiado mantém a decisão por não haver comprovação de efetivo prejuízo da parte.

2. As matérias referentes aos dispositivos tidos por

contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 461.849/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações acima transcritas, deveria a parte ter oposto Embargos Declaratórios no Tribunal de origem. Persistindo a omissão, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 535 do CPC/1973 e, não, insistir na tese recursal.

Por outro lado, o Recurso Especial merece prosperar quanto à alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, no que diz respeito ao termo inicial dos efeitos financeiros decorrente da revisão de benefício previdenciário.

Com efeito, quanto a esse ponto, verifica-se que a parte recorrente opôs Embargos de Declaração, na origem, suscitando, no que interessa:

"Primeiramente, impõe-se seja dito que o v. acórdão embargado trata da data de início do pagamento das diferenças resultantes da revisão do benefício como se fossem juros moratórios. São institutos distintos. Os juros, efetivamente, fluem a partir da citação da autarquia, mas o direito às diferenças anteriores à ação judicial são devidas, respeitada a prescrição quinquenal.

Como bem reconhecido pelo acórdão, ainda que o INSS não tenha sido parte na ação trabalhista, está obrigado a reconhecer o reajuste que gerou efeitos na RMI dos benefícios do Autor. Deveras, se o INSS não revisasse os valores, estaria agindo de forma injusta, pois que, vencida a ação trabalhista, a autarquia previdenciária também se sagra vencedora e recebe seu quinhão. Ocasão em que deveria, de ofício, também revisar os benefícios dos seus segurados.

Considerando que é o INSS o fiscal das contribuições previdenciárias,

sua mora não pode ser confundida com o período que estará obrigado a pagar, pois são duas coisas diversas.

Assim, ao contrário dos juros de mora, que são computáveis da citação, **os atrasados decorrentes de revisão não se regem pela citação, e sim pela norma de prescrição (Decreto 21.910/32 e art. 103, parágrafo único da Lei 8.213/91):.**

Ciente o INSS, seja quando do recebimento das verbas trabalhistas de suas quotas, ou ciente pela citação na esfera judiciária federal, **a obrigação da autarquia é pagar os atrasados retroativamente a 5 (cinco) anos. Não há nenhuma lei que permita o locupletamento sem causa da autarquia, ou que retire do segurado o direito de receber diferenças de atrasados, salvo a regra de prescrição.**

Assim, há omissão no acórdão sobre a legislação e os fundamentos invocados, que são relevantes e, pois, essenciais ao deslinde da controvérsia.

Na sequência, **impõe-se a manifestação deste h. Tribunal acerca de matérias afetas à legislação federal e à jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça e de outros Tribunais Federais**, a viabilizar o conhecimento do recurso especial oportunamente interposto, em atendimento às Súmulas 282 e 356-STF.

Com efeito, **contrapondo-se frontalmente ao entendimento declinado pelo acórdão ora embargado, o colendo STJ e demais TRFs vêm reiteradamente asseverando que, ainda que não se tenha havido pedido administrativo de revisão, é direito do segurado perceber os efeitos financeiros decorrentes da revisão do benefício previdenciário em virtude de decisão em processo trabalhista desde a concessão do respectivo benefício, ressalvada a prescrição quinquenal, pelos seguintes fundamentos:**

- 1) O deferimento de verbas trabalhistas nada mais é do que o reconhecimento tardio de um direito já incorporado ao patrimônio jurídico do segurado o que justifica a revisão da RMI e o pagamento das diferenças decorrentes desde a data da concessão do benefício;
- 2) O empregador é quem tem o dever de comprovar junto ao INSS o recolhimento das contribuições e fornecer a relação dos salários-de-contribuição do empregado, consoante inteligência do próprio art. 35 da Lei 8.213/91, que autoriza a concessão do benefício no valor de 01 (um) salário-mínimo, quando preenchidos os demais requisitos necessários ao seu deferimento, prescindindo da comprovação dos salários-de-contribuição;

3) O artigo 38 da Lei 8.213/91, expressamente, traz a lume a obrigação da autarquia em manter o cadastro dos segurados com os dados necessários para o cálculo do salário-de-benefício, desonerando o empregado de comprovar os salários-de-contribuição;

4) O art. 37 da LBPS fere o princípio da uniformidade dos benefícios, uma vez revisada a renda mensal inicial do segurado e reconhecido o direito à majoração da renda, impõe-lhe o ônus de não receber as diferenças oriundas da revisão do período entre a concessão do benefício e a data do pedido administrativo. Conquanto averiguado o equívoco ocorrido em função da relação dos salários-de-contribuição faz com que este beneficiário, que embora tenha contribuído corretamente, obtenha, por um lapso temporal, renda mensal de caráter alimentar inferior à efetivamente devida, impedindo-o de reaver as diferenças apuradas pela própria autarquia. Neste sentido, o artigo 37 da Lei 8.213/91 acaba causando prejuízo ao beneficiário ora empregado, pois, uma vez reconhecido o valor devido, será substituída a renda mensal somente a partir da data do requerimento e contrapõe-se ao artigo 35 do mesmo texto legal, que tem por escopo proteger o segurado, preocupando-se em minimizar a situação dele quando autoriza o INSS a conceder o benefício no valor de um salário-mínimo;

5) O INSS tem direito a cobrar as contribuições previdenciárias desde a época em que devidas as verbas reconhecidas pela Justiça Laboral (art. 43 da Lei 8.212/91), e, por outro lado, **o segurado não pode ser penalizado em razão de o empregador não ter recolhido corretamente as contribuições previdenciárias, tampouco pelo fato de o INSS ter falhado na fiscalização da regularidade das exações.**

A propósito, veja-se:

(...)

Efetivamente, o INSS, como exclusivo fiscalizador das contribuições previdenciárias, acompanhou o processo trabalhista onde foram deferidas as verbas que culminaram na alteração da RMI do obreiro segurado, e recebeu retroativamente as verbas a que fazia jus do empregador, ou, se não as recebeu, tem o direito a executá-las. Ciente, portanto, a autarquia previdenciária de que diversos dos seus beneficiários, entre eles os autores, estavam contribuindo a menor por culpa do empregador.

Os efeitos financeiros decorrentes da revisão da RMI são sempre devidos desde a concessão do benefício em valor equivocado por culpa do empregador, respeitada a prescrição

quinquenal, EXCETO nas hipóteses em que a lei dispõe em contrário, que não é o caso.

Além disso, a desnecessidade de prévio requerimento na via administrativa para reconhecimento do direito pelo Poder Judiciário com efeitos retroativos à concessão do benefício revisando é patente, mormente quando a vantagem pleiteada é imposta à administração por imperativo legal (REsp 261.158/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, DJ de 11/9/2000), como é o caso, vez que **o INSS tem o dever legal de proceder à revisão do benefício previdenciário, quando, por força de sentença trabalhista, o segurado auferir reajuste salarial, que, conseqüentemente, culmina em contribuições ao regime de previdência social.**

Deveras, a negativa judicial de percepção das diferenças decorrentes da revisão da RMI do benefício previdenciário desde a concessão, respeitada a prescrição quinquenal, atenta também contra os seguintes preceitos constitucionais:

(...)

Com efeito, no RE 143.580, o eminente Ministro Nelson Jobim ressaltou que 'No caso específico, havendo lide com ou sem controvérsia, e a lide se caracteriza porque o direito do autor não está satisfeito, acrescida mais a circunstância de que a controvérsia de seu caracterizada pelo fato de o instituto não ter reconhecido, no mérito, o pedido do autor. Logo, há interesse processual em obter uma decisão que compõe a lide, qual seja. a solução do direito do autor afirmado na inicial e negado na contestação'.

Ora, com inteira razão a jurisprudência, embora se refira ao interesse processual, aplica-se analogicamente ao caso vertente, visto que a lógica jurídica é a mesma: a ausência de prévio requerimento administrativo não impede que o Poder Judiciário diga o direito com todos os efeitos decorrentes (retroativos).

E isso fica ainda mais patente, no caso concreto, quando se vê nos autos que a Autarquia Previdenciária resistiu ao direito vindicado pelo Autor (revisão do benefício previdenciário), contestando o feito.

Significando dizer que a postulação na via administrativa de nada valeria, visto que até mesmo perante o Poder Judiciário o INSS resiste ao direito do segurado.

Portanto, se não há óbice legal ao reconhecimento direto do direito pelo Poder Judiciário e da mesma forma inexistente lei que impeça a percepção das diferenças reconhecidas em Juízo relativamente ao período anterior à postulação ou ciência do INSS, não há como prosperar o entendimento do acórdão embargado da ausência de

Superior Tribunal de Justiça

prévio requerimento administrativo como fundamento ao termo inicial das diferenças somente a partir da citação.

Em última análise, o entendimento defendido pelo acórdão embargado importaria em indevido cancelamento de enriquecimento ilícito da administração pública em detrimento de verbas de natureza alimentar do segurado:

Ora, que **se o segurado não pudesse receber as diferenças do benefício desde a sua concessão (respeitada a prescrição quinquenal), como entendido pelo acórdão, estar-se-ia cancelando verdadeiro enriquecimento ilícito da Administração Pública** (art. 884 do Código Civil), pois que embora tenha o segurado e o empregador recolhido - cada qual a sua quota parte - em favor do INSS as contribuições incidentes sobre os reajustes salariais, não perceberia o segurado a devida contraprestação, ou seja, as diferenças do reajuste do benefício previdenciário relativo ao período, locupletando-se, sem causa, a Autarquia Previdenciária, o que, como cediço, é veementemente proibido.

Portanto, como se denota, os fundamentos ora suscitados são altamente relevantes, essenciais, pois, ao deslinde da causa (art. 535, II, do CPC), por outro lado, é certo que o embargante não postula prequestionamento da matéria e dos dispositivos legais apenas por mero capricho, mas o faz em obediência à jurisprudência pacífica do STJ e do STF, que a exige, sob pena de não admissão dos recursos excepcionais.

Diante disso, e considerando a pretensão autoral de ascensão do caso ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, necessário sejam sanadas as omissões, e, assim o fazendo, sejam prequestionadas as matérias recursais pontuadas e os dispositivos legais suscitados, para que seja viabilizada a cabível e necessária interposição dos apelos excepcionais.

CONCLUSÃO

Diante disso, **requer sejam conhecidos e providos os presentes embargos declaratórios, a fim de que, sanando-se a omissão sobre os pontos essenciais ao deslinde da causa, seja atribuído aos aclaratórios o cabível efeito infringente, para que seja fixado que as diferenças sejam devidas a partir da data da concessão do respectivo benefício revisando, ressalvada, contudo, a prescrição quinquenal, por força do Decreto nº 21.910/32, ou, sucessivamente, sejam prequestionadas as questões de direito federal e constitucional arguidas e os**

dispositivos legais suscitados (artigos 43 da Lei 8.212/91, 35, 38 e 103, parágrafo único, da Lei 8.213/91, 884 do Código Civil e 50, II e XXXV da Constituição da República), para o fim de atendimento à exigência recursal prevista nas Súmulas 282 e 356-STF" (fls. 337/350e).

Apesar disso, as questões não foram objeto de análise, pois, da leitura do acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração, opostos na origem, ficou consignado, apenas:

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos por MARIO CESAR NOGUEIRA ROSA (fls. 329/342) contra ao v. acórdão proferido por esta colenda 1ª Turma Especializada (fls. 318/326) que negou provimento à Apelação Cível por ele interposta e deu parcial provimento à Remessa Necessária, apenas para determinar que a partir de 29/06/2009, os juros de mora deverão se dar pelos índices oficiais de juros a cada à caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº. 11.960/2009, mantendo, no mais, a r. sentença.

Irresignado, insurge-se o Autor alegando em síntese, que o termo inicial de pagamentos dos atrasados deve ser fixado partir da data concessão do respectivo benefício previdenciário revisado, respeitada a prescrição quinquenal.

(...)

Inicialmente, conheço dos presentes embargos de declaração, eis que atendem aos requisitos de admissibilidade recursal, entretanto, não há, no caso, qualquer obscuridade, contradição nem tampouco omissão.

In casu, é claro o voto no sentido de que, na presente espécie, o termo inicial das diferenças em atraso deve ser a data da citação, eis que não houve sequer requerimento administrativo de revisão dos benefícios em questão.

Assim, a Autarquia Previdenciária somente tomou conhecimento da pretensão revisional da parte autora quando foi citada na presente demanda, não tendo, portanto, em momento algum, negado administrativamente o direito pleiteado, nem tampouco obstado o requerimento administrativo, ou ocorrido mora nem inércia.

Além disso, há de se observar que o Autor permaneceu inerte desde o trânsito em julgado da sentença trabalhista em 16/06/1995 (fls. 43), até o ajuizamento da presente ação, em 06/08/2007 (fl. 02), ou seja, a mora foi da parte autora, que poderia ter pleiteado a revisão

Superior Tribunal de Justiça

administrativamente e ingressado com a presente demanda judicial, em momento anterior.

Neste passo, há de se concluir que a real intenção da Embargante é a de produzir efeitos modificativos na orientação do julgado, o que se afigura incabível em sede de embargos de declaração, sobretudo quanto não se verifica qualquer dos vícios processuais mencionados no artigo 535 do CPC, in verbis:

(...)

Nesse sentido, colaciono entendimento jurisprudencial:

(...)

Ademais, não há falar em omissão quando o Tribunal se manifesta fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação, decidindo, entretanto, contrariamente aos interesses do recorrente.

Por fim, restando, também, demonstrado o claro propósito de prequestionamento, há de se observar que a jurisprudência predominante dos tribunais é firme no sentido de que o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos suscitados pelas partes, quando já tiver decidido e embasado a questão sob outros fundamentos. A Constituição exige somente que a decisão esteja suficientemente fundamentada, como ocorre na presente hipótese.

Ressalte-se, outrossim, que o próprio E. STJ já esclareceu não haver necessidade de citação do dispositivo legal para que se considere prequestionada a matéria. O prequestionamento existe se, no julgamento, tiver havido formação de juízo acerca da matéria sobre a qual se pretende recorrer.

Confira-se:

(...)

Diante do exposto, NEGAR PROVIMENTO aos Embargos de Declaração opostos pela parte autora" (fls.372/378e).

Por sua vez, do acórdão que julgou o Recurso de Apelação, extrai-se o seguinte teor:

"Com efeito, merece reforma a r. decisão monocrática.

O cerne da presente demanda está no reconhecimento do direito à revisão da RMI dos benefícios previdenciários de titularidade do Autor e, considerando que seus últimos 36 (trinta e seis) salários de contribuição foram afetados por sentença trabalhista.

De fato, ainda que não tenha sido parte nos autos daquela demanda, o

Superior Tribunal de Justiça

INSS está obrigado a reconhecer o reajuste de salário concedido por meio de acordo coletivo, o qual foi objeto de sentença pela Justiça Trabalhista, uma vez que os referidos aumentos gerados pela referida decisão, devem integrar os salários de contribuição utilizados no Período Base de Cálculo (PBC), gerando um novo cálculo da Renda Mensal Inicial (RMI), ensejando, conseqüentemente, em um novo valor do salário de benefício, respeitando-se o limite máximo do salário de contribuição.

No mesmo sentido, colaciono precedentes jurisprudenciais:

(...)

Dessa forma, tendo os aumentos nos salários provocados pela decisão prolatada no âmbito trabalhista, devem os mesmos repercutir no cálculo da RMI dos benefícios previdenciários em questão, conforme determinam os artigos 28 e 29 da Lei nº. 8.213/91 e o artigo 28 da Lei nº 8.212/91, sendo, portanto, devida a revisão pleiteada.

No tocante á fixação do termo inicial das diferenças em atraso na data da citação, verifico que também logrou com exímio acerto o MM. Juízo a quo.

Considerando que não houve sequer requerimento administrativo de revisão dos benefícios em questão, bem como constatando-se que o Autor permaneceu inerte desde o trânsito em julgado da sentença trabalhista em 16/06/1995 (fls. 43), até o ajuizamento da presente demanda, em 06/08/2007, o termo inicial deve ser o da citação da Autarquia Previdenciária, uma vez que somente na referida data, o INSS tomou conhecimento da pretensão revisional da parte autora, não tendo, portanto, em momento algum, negado administrativamente o direito pleiteado, nem tampouco obstado o requerimento administrativo, ou ocorrido mora nem inércia por parte da Ré.

Com relação aos honorários advocatícios, tendo sido vencida a Fazenda Pública, os mesmos devem ser fixados na forma prevista no artigo 20, § 4º, do CPC.

Segundo o art. 20, § 4º, do CPC, a fixação dos honorários advocatícios deve ser feita mediante interpretação equitativa do magistrado, com a observância das alíneas 'a', 'b' e 'c' do parágrafo anterior (§ 3º)

Desse modo, é possível a redução do percentual para percentual inferior ao mínimo previsto no § 3º, conforme vem decidindo o colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis;

(...)

Portanto, não sendo o caso em tela de grande complexidade e longa duração, além de constituir demanda repetitiva no âmbito da judicial, o valor fixado equitativamente para a verba honorária merece ser mantido, eis que atende à determinação do § 4º do artigo 20 do CPC.

Todavia, merece pequeno retoque a r. sentença no tocante à aplicação das taxas de juros de mora de 1%(um por cento) ao mes, uma vez que, com fulcro no art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, os juros de mora, a partir de 29/06/2009, devem ser aplicados com base nos índices oficiais de remuneração e juro aplicáveis à caderneta de poupança.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO à Apelação da parte autora e DOU PARCIAL PROVIMENTO Remessa Necessária**, apenas para determinar que a partir de 29/06/2009, os juros de mora deverão se dar pelos índices oficiais de juros aplicados à caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009" (fls. 326/334e).

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

In casu, entendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 535 do CPC/1973, atual 1.022, II, do CPC/2015.

Com efeito, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação nos Embargos de Declaração (fls. 337/350e), onde o recorrente insiste que "contrapondo-se frontalmente ao entendimento declinado pelo acórdão ora embargado, o colendo STJ e demais TRFs vêm reiteradamente asseverando que, ainda que não se tenha havido pedido administrativo de revisão, é direito do segurado perceber os efeitos financeiros decorrentes da revisão do benefício previdenciário em virtude de decisão em processo trabalhista desde a concessão do respectivo benefício, ressalvada a prescrição quinquenal, pelos seguintes fundamentos: 1) O deferimento de verbas trabalhistas nada mais é do que o

Superior Tribunal de Justiça

reconhecimento tardio de um direito já incorporado ao patrimônio jurídico do seu segurado o que justifica a revisão da RMI e o pagamento das diferenças decorrentes desde a data da concessão do benefício" (fl.339e). E que "o INSS tem direito a cobrar as contribuições previdenciárias desde a época em que devidas as verbas reconhecidas pela Justiça Laboral (art. 43 da Lei 8.212/91), e, por outro lado, o segurado não pode ser penalizado em razão de o empregador não ter recolhido corretamente as contribuições previdenciárias, tampouco pelo fato de o INSS ter falhado na fiscalização da regularidade das exações" (fl. 340e). E que "os efeitos financeiros decorrentes da revisão da RMI são sempre devidos desde a concessão do benefício em valor equivocado por culpa do empregador, respeitada a prescrição quinquenal, EXCETO nas hipóteses em que a lei dispõe em contrário, que não é o caso" (fl. 347e). E ainda que "a desnecessidade de prévio requerimento na via administrativa para reconhecimento do direito pelo Poder Judiciário com efeitos retroativos à concessão do benefício revisando é patente, mormente quando a vantagem pleiteada é imposta à administração por imperativo legal (REsp 261.158/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, DJ de 11/9/2000), como é o caso, vez que o INSS tem o dever legal de proceder à revisão do benefício previdenciário, quando, por força de sentença trabalhista, o segurado aufere reajuste salarial, que, consequentemente, culmina em contribuições ao regime de previdência social" (fl.347e), observo, contudo, que o **Tribunal de origem não examinou tal alegação**, limitando-se a decidir, em sede de aclaratórios, pela ausência de vícios, haja vista que o acórdão analisou de forma eficiente os pontos relevantes da demanda.

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada nos Embargos de Declaração opostos na origem, apontando a referida omissão, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca do referido ponto, o qual possui patente relevância, a ponto de conduzir à modificação do julgado regional, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 535 do CPC/1973**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a omissão apontada.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço do Agravo para conhecer parcialmente do Recurso Especial e nessa extensão dou-lhe provimento**, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração, de maneira a sanar os vícios apontados pela parte ora recorrente. Restam prejudicadas, por conseguinte, as demais questões.

I.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora